



CONGRESSO  
NACIONAL DA  
MAGISTRATURA

**DESTAQUES** DA SEMANA

## INFORMATIVO 14

10 a 14 de Março de 2025



**FENAJUD**

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO NOS ESTADOS

☎ 61 3321 0242/5349 🌐 FENAJUD.ORG.BR

SCS, Qd. 01, Bc K, Ed Denasa, 9º andar, sala 903 - Brasília-DF

📷 📺 📺 @fenajud



## CONJUNTURA POLÍTICA

A segunda semana do mês de março deverá ser marcada, no **Poder Executivo**, pela **cerimônia de transmissão de cargos e posses do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e da Ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann**. O evento está previsto para às 15h e contará com a presença do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

No **Poder Legislativo**, na terça-feira (11), está prevista uma **reunião do Colegiado de Líderes da CMO**, às 14h. A partir dessa reunião, poderá ser definida uma nova data para a **leitura do parecer do relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025**, senador Angelo Coronel (PSD/BA). Diante da resolução do impasse envolvendo a liberação das emendas parlamentares pelo Supremo Tribunal Federal, **a expectativa é de que o PLOA seja apreciado pela comissão no dia 19 de março**.

Também na terça **está prevista a realização de um seminário na Câmara dos Deputados promovido pela Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público** sobre o fim do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos (RJU). O seminário terá como foco a Emenda Constitucional (EC) 19/1998 e a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2135, que discutem a flexibilidade na adoção de regimes de contratação para os servidores públicos. **Ao longo da semana também são esperados atos em favor da votação do PLOA de 2025 organizados pelas entidades que representam os Servidores Públicos Federais**.

No tocante às deliberações, no Plenário da Câmara dos Deputados, que realiza sessões deliberativas entre terça (11) e quinta-feira (13) **a pauta é composta por itens remanescentes das semanas anteriores ao feriado de carnaval**, com destaque para o [PL 1663/2023](#), que revoga uma série de dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

No **Senado Federal** as sessões deliberativas em Plenário ocorreram entre terça (11) e quarta-feira (12), com destaque para o [PL 6256/2019](#), que institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos.

**As comissões permanentes do Senado Federal realizam as primeiras reuniões deliberativas após a instalação e eleição de seus presidentes, ocorrida no fim do mês passado**. Ao longo das reuniões, a maioria das comissões deve apreciar requerimentos de convite aos ministros de Estado para debater o plano de trabalho das respectivas pastas para os próximos dois anos.



## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



SENADO FEDERAL

**Plenário delibera Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos:** o Plenário do Senado Federal poderá votar, nesta quarta-feira (12), às 14h, o [PL 6556/2019](#), que estabelece a Política Nacional de Linguagem Simples na administração pública, determinando que órgãos e entidades utilizem comunicação clara e acessível. Define objetivos, princípios e técnicas para redigir textos de forma compreensível, além de exigir a nomeação de um responsável pelo cumprimento da norma. O senador Alessandro Vieira (MDB/SE) foi designado como relator no Plenário. Além disso, consta na pauta o [REQ 40/2024](#), que solicita urgência à matéria.



## RELAÇÕES DE TRABALHO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Plenário delibera projeto que revoga pontos ultrapassados da CLT:** o Plenário da Câmara dos Deputados poderá votar nesta semana o projeto de lei que revoga diversos pontos da CLT em desacordo com a Constituição Federal e com legislação posterior.

O texto é um [substitutivo](#) do deputado Ossesio Silva (Republicanos/PE) ao [PL 1663/2023](#), do deputado Fausto Santos Jr (União/AM). O projeto original revogava ainda mais trechos da CLT. O tema está na pauta do Plenário, que terá sessões a partir de terça-feira (11), às 13h55.



## LEGISLAÇÃO CODIFICADA



SENADO FEDERAL

**CCJ vota regra para remuneração de mediadores e conciliadores não concursados:** a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reúne nesta quarta-feira (12), às 09h, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, para deliberar sobre o parecer favorável do senador Cid Gomes (PSB/CE) ao [PL 223/2023](#), que acrescenta dispositivo ao Código de Processo Civil para estabelecer que a gratuidade da justiça não compreende a remuneração do conciliador ou mediador pelo trabalho nas audiências que

excederem o percentual referido no § 2º do art. 169 do Código de Processo Civil.

O parecer conta com um [substitutivo](#) que estabelece que os recursos públicos deverão cobrir a remuneração das câmaras privadas de conciliação e mediação para os casos excedentes ao percentual fixado, garantindo que estas não fiquem sem pagamento pelos serviços prestados.



## PREVIDÊNCIA



### SENADO FEDERAL

**CAS vota dedução de IR de adicionais de fundos de pensão:** a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) se reúne nesta quarta-feira (12), às 09h, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, para deliberar sobre os itens da pauta, entre os quais se destaca: o [parecer](#) do senador Humberto Costa (PT/PE) favorável ao [PL 1739/2024](#), que acrescenta § 8º ao art. 11 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para estabelecer a inaplicabilidade do limite de dedução do imposto devido na declaração de rendimentos, na hipótese de contribuição adicional para equacionamento de resultado deficitário dos planos de benefícios de entidade fechada de previdência complementar. Destaca-se que em reunião realizada em 11/12/2024, foi concedida vista ao senador Dr. Hiran (PP/RR).

**Fonte: Assessoria Parlamentar da Fenajud - Consillium.**